



José Carlos Mariátegui (1894-1930)

APRESENTAÇÃO

José Carlos Mariátegui nasceu em Moquegua, no Peru, em 1894. De origem pobre, foi tipógrafo, alcançando o posto de jornalista. Passou cerca de 2 anos e 7 meses na Europa, no início da década de 1920, e teve contato com a teoria marxista, experimentando uma atmosfera de um continente que, em menos de uma década, foi palco da Primeira Guerra Mundial e da maior Revolução Proletária da história. Viveu apenas 35 anos. Deixou uma obra composta por escritos de crítica literária, temas de cultura e escritos políticos, além de sua mais famosa obra, os “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”, tida por alguns como a primeira interpretação dialético-materialista sobre uma formação social latino-americana, o Peru. Fundador da revista *Amauta*, do Partido Socialista Peruano e organizando a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru-CGTP, foi um homem de ação.

Crítico do progresso capitalista e proponente de um socialismo indo-americano, hoje, 82 anos depois de sua morte, é resgatado por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento e por distintos movimentos populares, em especial aqueles que lutam pela terra.

O presente dossiê busca apresentar suas principais contribuições, sem intentar esgotar um pensamento que, pelo seu caráter vivo e dialético, e por ter ficado no ostracismo durante anos, permanece sempre aberto e, em muitos aspectos, inexplorado. Os autores aqui reunidos se debruçam, fundamentalmente, em cinco temas: a polêmica de suas teses com a III Internacional Comunista; o indigenismo; a questão agrária; o romantismo e a mística em Mariátegui.

Camila Americano Lanhoso e María Gabriela Guillén Carias problematizam e sentam posição sobre uma polêmica. Trata-se da polêmica entre o marxismo indo-americano de Mariátegui e o projeto socialista do seu partido, por um lado, e a teses da III Internacional Comunista. Para elas, “a problemática evidencia a originalidade do pensamento de Mariátegui, cujo eixo central é a interpretação dos fatos históricos, políticos e sociais latino-americanos sob a perspectiva dialética do desenvolvimento desigual e combinado para explicar a dinâmica particular da realidade peruana”.

Também reconhecendo este aspecto decisivo da obra do socialista peruano, o texto de Afonso Mancuso de Mesquita e Sílvia Beatriz Adoue, “O socialismo indígena de Mariátegui”, afirmam que, para ele, o indigenismo só pode aparecer como a forma concreta da luta pelo socialismo no Peru. Assim, não se tratava de uma “intenção de volta ao passado pré-colombiano”. O *Amauta*, que em quéchua significa “sábio”, como era chamado, percebeu “... que no geral as classes trabalhadoras no Peru eram basicamente indígenas...” e seu instrumento de trabalho fundamental era a terra, da qual havia sido expropriado. “A ligação do povo quéchua e seus herdeiros à terra é histórica e fortemente enraizada em suas tradições. Essa característica não passa despercebida aos olhos de Mariátegui. Ele enxerga nela a principal via para a compreensão do problema indígena”.

Em profunda correspondência, Frederico Daia Firmiano, vai afirmar, em “A ‘questão agrária’ em Mariátegui”, que o socialista “... não refletiu os problemas da formação social peruana a partir da chave teórica dada pela ‘questão agrária’”. Mas a “... encontrou (...) no curso da busca por uma interpretação marxista sobre esta formação social, identificando, pois, o problema indígena ao problema da terra, aos que (...) conferiu uma alternativa socialista”. É a forma como Mariátegui se aproxima da formação social peruana que o leva “... inequivocamente, ao caráter agrário e latifundista da economia de sua época”. Para o autor, Mariátegui não teve uma clara compreensão de que o desenvolvimento capitalista no Peru engendrava, pois, “... uma produção capitalista de relações não capitalistas de produção no interior da reprodução capitalista...”. No entanto, “... isto não o impediu de ver as diferenças de tempos históricos e a

coexistência de relações sociais não-uniformes em uma mesma formação social”. E a defesa da comunidade indígena decorre, pois, da necessidade de afirmação daquelas experiências concretas que persistiram historicamente.

Deni Irineu Alfaro Rubbo, em “Marxismo, revolta e utopia: luzes do romantismo em José Carlos Mariátegui”, se debruça sobre as reflexões do cientista social franco-brasileiro, Michael Löwy sobre o pensamento de José Carlos Mariátegui, identificando neste um tipo de “romantismo revolucionário”. Para o autor, trata-se de uma “reformulação profunda da concepção clássica de romantismo”, que tem seu “... núcleo irredutivelmente marxista e romântico (...) na *recuperação crítica do passado e da dimensão imaginária e espiritual da luta*, em um contexto da história do Peru e do socialismo na década de 20 completamente diferente, portanto, daquele dos pensadores românticos ingleses ou da Europa Central”. Ao lado de Walter Benjamin e outros, Mariátegui estaria filiado a esta corrente classificada por Löwy de “romantismo revolucionário”.

Esta dimensão “imaginária e espiritual” da luta está, pois, em larga medida em “A mística transformadora e emancipação humana na obra de José Carlos Mariátegui”. Neste, Adriana Rodrigues Novais e Adriana Cardoso da Silva, buscam identificar aquele elemento constituinte da luta pela emancipação humana, sem o qual, ela se converte em retórica: um sentimento, uma vontade, um “espírito”, uma mística que move o sujeito histórico na direção da liberação das relações de opressão, exploração, violência das quais participa.

Em uníssono, o que estes autores e autoras veem no pensamento de Mariátegui é: (a) a rejeição do “espírito positivista” que calçou boa parte do marxismo do tempo do militante peruano na análise das formações econômico-sociais; (b) a afirmação de um projeto socialista a partir das expressões históricas produzidas pelas particularidades concretas em sua relação dialética com a universalidade; (c) a revolução como uma necessidade

objetiva, mas também subjetiva, como produto da vontade coletiva; e (d) a vitalidade da crítica avassaladora a expansão capitalista que hoje assume contornos destrutivos diante das formas coletivas de organização da vida que persistem ou que se criam e recriam

**FREDERICO DAIA FIRMIANO* &
SILVIA BEATRIZ ADOUE****
Organizadores



* **FREDERICO DAIA FIRMIANO** é Mestre e doutorando em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara – FCLAr/Unesp. Professor Assistente da Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais - Fesp/Uemg. Bolsista CAPES. É autor de A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP), 2009, pela Cultura Acadêmica.



** **SILVIA BEATRIZ ADOUE** é Mestre em Integração de América Latina pelo PROLAM/USP e Doutora em Literatura Hispano Americana pela FFLCH/USP. Professora da UNESP de Araraquara e da Escola Nacional Florestan Fernandes. Autora de "Walsh – El criptógrafo", pela Dialektk Editora, Buenos Aires: El Colectivo, 2011.